

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL - PR**

CNPJ 75680025/0001-82

PARECER Nº 461/2013 – JUR**DE: ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE PALMITAL – PR****PARA: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

EMENTA: DISPENSA DE LICITAÇÃO. SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO PEÇAS PARA TROCA E MANUTENÇÃO EM POÇOS ARTESIANOS, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS COMUNIDADES NOVA ALIANÇA, VOLTAIADO E ÁGUA QUENTE, TODAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE PALMITAL, (PR). INTELIGÊNCIA DO ART. 24, IV, LEI 8.666/1993.

Senhor Procurador,

Trata o presente protocolado de solicitação encaminhada pelo Senhor Secretário Municipal de Administração, visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços, incluindo peças para troca e manutenção em poços artesianos, para suprir as necessidades daquela Secretaria.

O pedido foi deferido pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal através do Ofício 486/2013-GAB.

Ato contínuo, o Departamento de Contabilidade verificou a existência de previsão de recursos orçamentários para as despesas a serem realizadas com o objeto a ser adquirido.

É o relatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL - PR

CNPJ 75680025/0001-82

Prefacialmente, cumpre esclarecer que a licitação nos contratos é a regra, porém a Lei 8.666/93 apresenta situações especiais em que poderá haver a dispensa da licitação nas contratações feitas pela Administração Pública.

Como toda regra tem sua exceção, o Estatuto de Licitações permite como ressalva à obrigação de licitar, a contratação direta através de processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, desde que preenchidos os requisitos previstos na lei.

Nesse sentido, pode-se dizer que a dispensa de licitação nada mais é que a possibilidade de celebração direta de contrato entre a Administração e o particular, nos casos estabelecidos no art. 24, da Lei 8.666/93.

Observa-se que a lei enumerou expressamente as hipóteses de dispensa de licitação, sendo este rol taxativo.

Nessa seara, as lições do renomado Jessé Torres Pereira Júnior:

"As hipóteses de dispensabilidade do art. 24 constituem rol taxativo, isto é, a Administração somente poderá dispensar-se de realizar a competição se ocorrer uma das situações previstas na lei federal. Lei estadual, municipal ou distrital, bem assim regulamento interno da entidade vinculada não poderá criar hipótese de dispensabilidade". FERREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. Comentários à lei das licitações e contratações da administração pública, 6. ed., Renovar, Rio de Janeiro, 2003, P. 102.

Por isso, muitas vezes deve o administrador optar pela dispensa, uma vez que, como afirma Marçal Justen Filho, "os custos necessários à licitação ultrapassarão benefícios que dela poderão advir".

O mestre Marçal Justen Filho versa precisamente sobre os motivos que levam a dispensa da licitação:

"a dispensa de licitação verifica-se em situações em que, embora viável competição entre particulares, a licitação afigura-se inconveniente ao interesse público. (...). Muitas vezes, sabe-se de antemão que a relação custo-benefício será desequilibrada. Os custos necessários à licitação ultrapassarão benefícios que dela poderão advir."



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL - PR

CNPJ.75680025/0001-82

Para a professora Vera Lúcia Machado:

"a dispensa é figura que isenta a Administração do regular procedimento licitatório, apesar de no campo fático ser viável a competição, pela exigência de vários particulares que poderiam oferta o bem ou serviço." MACHADO DAVILA. Vera Lúcia. Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos. 2a ed. Rev. e Ampl. São Paulo: Malheiros, 1995, P. 76.

É de se inferir das transcrições acima que a dispensa de licitação, prevista no art. 24 da Lei 8.666/93, só deve ocorrer por razões de interesse público, como no caso em análise. Obviamente, nesses casos, a realização da licitação viria tão-somente a sacrificar o interesse público, motivo pelo qual o legislador concedeu ao administrador a faculdade de dispensar o certame nos casos expressamente previstos.

Nesse sentido, tendo em vista a necessidade de urgência na contratação dos serviços objeto da presente solicitação, bem como dos fundamentos já expedidos, a hipótese em tela se enquadra perfeitamente no dispositivo infra citado, senão veja-se:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos; (...). *Grifou-se.*

Ou seja, resta claro que a demora no atendimento da solicitação acarretaria em sérios prejuízos aos Municípes que necessitam dos serviços de fornecimento de água potável, sendo que na falta destes são obrigados a coletá-la de locais inadequados para consumo humano, ainda mais se considerarmos que tais famílias, por muitas vezes não possuem condições financeiras de arcar com as despesas de um sistema de abastecimento de água potável.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL - PR**

CNPJ 75680026/0001-82

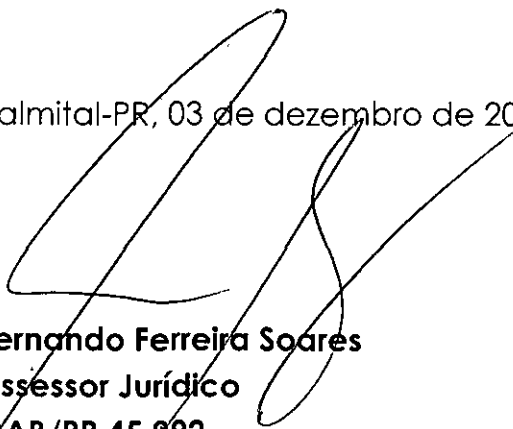
Cumpra ainda ressaltar que foram realizadas pesquisas de preços entre as empresas do ramo, pertinentes ao objeto da presente Dispensa, sendo que, pela análise destas, verifica-se que o preço praticado pela empresa ora pretendida (**Água Boa Poços Artesianos**) acha-se alinhado àqueles praticados pelo mercado, inclusive com valores inferiores.

Não bastasse isso, em atendimento ao que prescreve o artigo 26 da Lei de Licitações, cabe ressaltar que a razão da escolha da empresa em tela é pela reconhecida qualidade dos serviços que oferece e, especialmente, pelos preços que pratica, que são condizentes com aqueles verificados no mercado e, portanto, vantajosos para a Administração.

Diante disso, esta D. Procuradoria opina favoravelmente pela dispensa de licitação no caso concreto em análise, tendo em vista a urgência da contratação, com fundamento nos artigos 24, IV, da Lei n. 8666/93 e demais dispositivos legais atinentes à espécie.

É o parecer que submeto à Vossa apreciação.

Palmital-PR, 03 de dezembro de 2013.


Fernando Ferreira Soares
Assessor Jurídico
OAB/PR 45.292